



RUBENS LIMA, MORADOR DA QI 3, CRITICA A LEI: "NO LUGAR DE AUTORIZAR A CONSTRUÇÃO DE MUROS, POR QUE O GOVERNO NÃO CUIDA DA SEGURANÇA?"

# Lei aprova construção de muros no Lago Sul

Da Redação

**O** Lago Sul pode se tornar um bairro de fortalezas. Moradores estão autorizados a construir muros de até 2,8 metros de altura para separar casas de centros comerciais no endereço nobre de Brasília. É o que prevê uma lei aprovada em dezembro passado pela Câmara Legislativa do Distrito Federal, sancionada pelo governador Joaquim Roriz e publicada ontem no Diário Oficial do DF (DODF). A justificativa do governo é oferecer mais segurança à comunidade local, mas a lei 2660 divide a opinião de moradores e especialistas em urbanismo.

A lei autoriza os moradores das Quadras Internas (QIs) 3, 5, 19 e 29 do Lago Sul, vizinhos de centros comerciais, a erguerem muros entre suas residências e as lojas. Os moradores da QI 5, ao lado do Gilberto Salomão, por exemplo, poderão construir um muro de 138 metros de extensão separando a quadra residencial do estacionamento do centro comercial. Na QI 3, o muro poderá chegar a 112 metros.

"Era uma reivindicação antiga dos moradores destas áreas,

que convivem com o barulho, brigas e encontram até preservativos usados em seus quintais", disse o administrador do Lago Sul, Marcelo Amaral. Segundo ele, os muros poderão ser construídos apenas nos fundos e laterais de casas que ficam próximas a comércios. "As ruas permanecem abertas, com acesso livre ao público. Os muros serão erguidos nas áreas verdes das casas. Só isso. As passagens de servidão (espécie de becos entre duas casas) continuam abertas", garantiu.

De acordo com o administrador, em 30% das casas vizinhas a comércios as antigas cercas vivas já deram lugar aos muros de concreto. "A lei vem para oficializar algo que já existe", afirmou.

Embora autorize apenas a construção de muros nas QIs 3, 5, 19 e 29, a lei abre precedente para que outras quadras vizinhas a áreas comerciais também consigam se separar das lojas. "Quem estiver interessado em murar sua casa, deve encaminhar pedido à Administração do Lago Sul. Vamos avaliar cada caso e autorizar ou não a construção", detalha o administrador. Também caberá à administração definir a altura de cada muro.

## CASOS RESTRITOS

**M**oradores, arquitetos e procuradores de Justiça, no entanto, têm dúvidas quanto à aplicação da lei. Para o arquiteto Sérgio Brandão, membro do Instituto dos Arquitetos de Brasília (IAB), os muros não trarão mais segurança à comunidade. "As pessoas estão com uma mentalidade ao contrário. O cidadão de bem vai para a cadeia e o bandido fica livre do lado de fora", compara. "Com isso, o Lago Sul pode virar um Guarã I, onde os edifícios têm três linhas de grade: um na projeção, um estacionamento e uma na parte interna. Tudo visando a segurança", exemplifica Brandão.

Para a prefeita comunitária do Lago Sul, Edlamar Batista, os muros vão tirar a beleza do bairro mais nobre de Brasília. "A nossa gestão visa a segurança dos moradores do Lago, mas não se pode construir muros a torto e a direito", opina. Ela defende que os muros só sejam admitidos em casos restritos. Apenas nas quadras reconhecidamente problemáticas, como a do Gilbertinho, na QI 11, e do Gilberto Salomão. Isso porque o movimento de pessoas à noite devido aos bares e boates per-

turba os moradores próximos. "Há muita reclamação por parte dos moradores", justifica.

Outro que também faz ressalvas ao projeto é o prefeito comunitário da QI 17, Eneas Camargo. Na quadra dele, por exemplo, moradores foram contrários a novas construções comerciais em plebiscito realizado no ano passado. "A nossa quadra é atípica. Só tem uma entrada e uma saída para os 16 conjuntos. Fizemos o plebiscito para evitar justamente os mesmos problemas de quem vive próximo ao Gilbertinho."

Há quem critique ainda o governo pelo fato de transferir aos moradores a responsabilidade de proteger o bairro. "Por que, no lugar de deixar que as pessoas se protejam com muros, o governo não cuida da segurança da cidade?", pergunta Rubens Lima, morador da QI 03 há mais de 20 anos. "A concepção de Brasília era de áreas abertas, com liberdade de movimentação. Isso está acabando". O procurador da República no DF, Alexandre Camanho, concorda. "Com essa lei, é como se o governo dissesse 'cuide você de sua segurança porque não temos condições de fazê-lo'. Isso representa a falência do Estado nesta área."